

## APRESENTAÇÃO DA SÉRIE ASSESSORES DE FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

Nesta série estão as entrevistas com profissionais que assessoram as organizações de trabalhadores nas atividades de formação política e no processo de escolarização de seus quadros dirigentes e da base social. São pessoas com formação técnica ou especializada que atuam, a partir de um saber especializado, na elaboração de tarefas e execução de ações específicas.

Entrevistas disponíveis até o momento:

- Alex Sgreccia
- Ana Sueli Cano
- Bruno Nogueira de Paula
- Clodomir Moraes
- Emmanuel Wambergue
- Isabela Camini
- Jean Hébette
- Julianna Malerba
- Ranulfo Peloso da Silva

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Alex Sgreccia

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Coordenador de Formação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC); assessor da Escola Sindical São Paulo; assessor da Escola Sindical 7 de Outubro (MG) nos anos de 1980.

**ENTREVISTADOR (ES):** Não identificado

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Não consta

**TÍTULO DA MATÉRIA:** *Organização sindical no meio rural: questões para debate*

**DATA:** Não consta

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assessores de Formação e Educação

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE / TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	Não há			
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. AF.cli.als	07 páginas	Sim	Fotocópia do original

**DESCRITORES:**

**Campesinato  
CGT – Central Geral dos Trabalhadores  
Congresso da Contag (III, 1979)  
Congresso da Contag (IV, 1985)  
Congresso da Contag (V, 1991)  
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CUT- Central Única dos Trabalhadores  
Feraesp – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo  
Movimento sindical  
MSTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais  
Nova República  
Pequeno produtor rural  
Plano Nacional de Reforma Agrária (1º, 1985)  
UDR – União Democrática Ruralista**

**SUMÁRIO:**

**Sgreccia faz uma avaliação do quadro atual do sindicalismo rural; considera haver uma crise no “Complexo Contag”; pondera não haver um projeto claro da CUT para os trabalhadores rurais; analisa o “complexo Contag”; considera que a Contag se constituiu como referência na luta no campo no período ditatorial; considera o ano de 1979 como um marco na história da entidade; faz comparações entre o III e o IV Congresso da Contag; avalia que o IV Congresso teve propostas e diretrizes mais atrasadas; examina as articulações feitas pela Contag no campo sindical com setores combativos e atrasados; argumenta que a Contag, ao longo do tempo, foi deixando de ser referência e direção para muitas lutas no meio rural; considera que a UDR tem aumentado sua influência em setores da pequena produção; avalia que a Contag passa por profunda crise de direção e tem possibilidades de redefinir seu projeto político; menciona a possibilidade da Contag se tornar uma Central Camponesa; afirma que muitas das lutas no campo foram encampadas por iniciativa dos próprios trabalhadores, inclusive criando outras entidades; considera que grande parte dos movimentos de trabalhadores rurais se identifica com a CUT; analisa o objetivo e o papel da CUT para o movimento sindical; avalia como correta a “orientação flexível” para a questão do sindicato único dentro da CUT; considera importante o combate à cultura corporativa do sindicalismo; levando em consideração a história da CUT no meio rural, examina a proposta dela representar somente os assalariados como equivocada; vê uma tendência de se considerar o campesinato como uma classe com interesses antagônicos aos dos assalariados rurais; alega haver confusão a respeito das categorias de pequeno produtor e camponês; analisa as condições sociais e econômicas dos pequenos produtores brasileiros; relembra o papel de destaque do campesinato na história dos movimentos revolucionários; avalia a importância de se compreender os processos que criam a diversidade dentro da classe trabalhadora; considera as relações de produção como geradoras de conflitos e contradições; identifica a resistência dos trabalhadores às diversas formas de exploração às quais são submetidos; avalia que a Central deve costurar a unidade política dos trabalhadores, adequando-se às formas de lutas e experiências destes; destaca a necessidade de definição de**

**diretrizes de ação, estratégias e planejamentos claros; avalia o projeto político da CUT como classista, democrático, de massas e em constante construção.**



**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Ana Sueli Cano (Sula)

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Trabalhou na CPT e no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraty

**ENTREVISTADOR(ES):** Paulo Roberto Alentejano

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista realizada para pesquisa "Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental". Tratou-se de estudo comparativo de projetos de assentamento rurais localizados no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa foi coordenada pelos pesquisadores Afrânio Raul Garcia Jr., Leonilde Servolo de Medeiros, Mário Grynszpan e Sérgio Pereira Leite.

**DATA:** 04/07/2001

**LOCAL:** Paraty, RJ

**ROTEIRO:** ( ) SIM (x) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assessores de Formação e Educação

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE E PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. AF.k7.sul	01 fita K7/60min	Não	Fita em bom estado físico
MP3	MSPP/en. AF.mp3.sul	57min	Sim	Áudio regular: com ruído
TRANSCRIÇÃO	Não há		Não	

**DESCRITORES:**

APA – Área de Proteção Ambiental  
Assentamento São Roque (Paraty, RJ)  
Companhia América Fabril  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
Desapropriação de terras  
Grilagem  
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Posseiro  
Procera – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Incra)  
Rodovia Rio-Santos  
STR de Paraty (RJ)  
Usucapião

**SUMÁRIO:**

Fita 1 lado A - Fala de sua atuação na CPT e no STR de Paraty (RJ); comenta sobre seu trabalho no Assentamento São Roque; discorre sobre a rodovia Rio-Santos e os conflitos gerados por esta construção; fala sobre as condições dos assentados e a permanência na área; discorre sobre o perfil dos trabalhadores rurais cadastrados para o assentamento; fala sobre o processo de cadastramento dos trabalhadores e os critérios de seleção do Incra; comenta sobre os posseiros envolvidos nas disputas pela terra, enfatizando os que permaneceram e os que desistiram da terra; relata a situação de trabalhadores que tinham direito ao usucapião na área do São Roque e em Barra Grande; comenta a distribuição dos lotes do assentamento e os conflitos gerados neste processo; aborda a questão do destino das áreas e estruturas comuns do assentamento (escola, parque, quadra); fala sobre a atuação do sindicato na consolidação de acordos, em contraposição ao trabalho da CPT; fala sobre o momento de acirramento dos conflitos na região de Paraty.

Fita 1 lado B - Comenta a atuação da CPT e a relação com o STR; fala sobre as famílias posseiras que foram assentadas; aborda as mudanças no STR de Paraty; fala sobre a questão fundiária em Paraty e a documentação de posse em Serraria, Paraty-Mirim, Chapéu do Céu, Sono, Trindade, São Gonçalo e Perequê; comenta sobre um projeto de transformação da área de São Gonçalo em APA; fala sobre as APAs e a relação com os trabalhadores rurais.

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Bruno Nogueira de Paula

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Trabalhou no departamento sindical do Plano Agrário em 1963 e, à convite do Padre Carvalho, ingressou na Fetag/RJ em 1964. Também trabalhou na Contag até sua ida para Brasília, quando retornou para Fetag/RJ atuando como assessor de formação e educação até 1979. Após 1979, passou a atuar como advogado em Maricá, Saquarema e São Pedro de Aldeia.

**ENTREVISTADOR (ES):** Leonilde Servolo de Medeiros

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista desenvolvida para a pesquisa “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro”.

**DATA:** 15/12/1982

**LOCAL:** Niterói, RJ

**ROTEIRO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**OBSERVAÇÕES:** Há um resumo digitalizado de quatro páginas desenvolvido a partir do áudio da entrevista.

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assessores de Formação e Educação

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. AF.k7.bnp	03 Fitas k7/ 60min	Não	Fitas em bom estado físico e sonoro
MP3	MSPP/en. AF.mp3.bnp	02h36min	Sim	Fitas reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. AF.trans.bnp	36 páginas	Sim	Transcrição com 26 páginas datilografadas e 10 páginas manuscritas

**DESCRITORES:**

Acácio Fernandes dos Santos (sindicalista)  
Assessoria sindical  
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
Equipes educacionais sindicais  
Fetag/RJ - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro  
Formação de lideranças  
Movimento sindical  
Região dos Lagos (RJ)  
Rio de Janeiro  
Sindicalismo rural  
STR de Campos dos Goytacazes (RJ)

**SUMÁRIO:**

Fita 1 – Informa que inicialmente foi trabalhar no Plano Agrário por convite de Bagder da Silveira, tendo como função manter contato e relação com os líderes sindicais; explica que a partir do golpe só retornou ao movimento sindical a convite do Padre Carvalho para trabalhar na Federação que tinha uma atuação até então muito restrita – só houve melhoria a partir da cobrança da contribuição sindical; explica a redução da atuação da Federação em 1968, tanto por restrições financeiras, quanto por ataques da imprensa; comenta que a relação dos dirigentes com o campo é cada vez menor; relata o período em que trabalhou na Contag.

Fita 2 - Explica o trabalho educacional desenvolvido e o funcionamento dos cursos; explica os problemas para dar continuidade aos cursos de formação, notadamente por rixas políticas e pessoais; fala que em 1979 saiu da federação e passou a atuar como advogado.

Fita 3 - Critica a falta de entendimento entre Confederação/Federação/sindicatos; conta sobre o processo de partidização dos dirigentes sindicais e seus reflexos na atuação em apoio ao lavrador/trabalhador rural.



**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Clodomir Moraes

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Nasceu na Bahia. Formou-se em Direito em Recife (PE). Foi Deputado, em Pernambuco, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ingressou nas Ligas Camponesas tornando-se assessor e organizador. Teve seus direitos políticos cassados, conheceu o exílio por 15 anos. Neste período foi conselheiro regional da ONU – Organização das Nações Unidas para a América Latina em assuntos da reforma agrária e desenvolvimento rural. Na Universidade de Rostock, na Alemanha, foi professor residente. Em Berlim, onde passou quatro anos, atuou como professor conferencista e fez o curso de doutorado em Sociologia. Autor de mais de 20 livros que têm como temas centrais a reforma agrária e a geração de emprego e renda.

**ENTREVISTADOR (ES):** Leonilde Servolo de Medeiros e outros

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Visita ao CPDA/UFRRJ.

**DATA:** 05/2005

**LOCAL:** CPDA, Rio de Janeiro, RJ

**ROTEIRO:** ( ) SIM (x) NÃO

**OBSERVAÇÕES:** O professor Raimundo Santos participou da entrevista.

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assessores de Formação e Educação

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. AF.k7.cm	2 fitas K7/60min	Não	Fitas em bom estado físico
MP3	MSPP/en. AF.mp3.cm	1h37min	Sim	Áudio regular: com ruído
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. AF.trans.cm	20 páginas	Sim	Digitada

**DESCRITORES:**

Angola  
Associação de Lavradores  
Celso Furtado (economista)  
China  
Congresso Nacional Camponês (BH, 1961)  
Cuba  
Davi Capistrano (membro do PCB)  
El Salvador  
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
Francisco Julião (liderança)  
Governo Miguel Arraes (1963-1964)  
Governo João Goulart (1961-1964)  
Guatemala  
Guerrilha  
Honduras  
Jânio Quadros  
João Virgílio (engenheiro da Galiléia)  
Jornal Terra Livre  
Josué de Castro (médico e escritor)  
Laboratório de campo  
Ligas Camponesas  
Luta armada  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
Procará – Programa de Capacitação Camponesa para a Reforma Agrária/Honduras  
Supra – Superintendência de Política Agrária  
UNB - Universidade de Brasília  
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
Venezuela

**SUMÁRIO:**

Fita 1 lado A – Fala da organização camponesa e os projetos de reforma agrária, principalmente na América Latina, em específico Guatemala, El Salvador e Honduras; trata da constituição do Laboratório de Campo e os modelos de cooperação agrícola; fala sobre os laboratórios: origem, organização, funcionamento, objetivos, programa, autonomia, condições estruturais, apoiadores financeiros e políticos;

Fita 1 lado B – Fala da luta por reforma agrária nos anos 60: relações com o PCB, Ligas Camponesas, Cuba, Janio Quadros; trata da polarização política no congresso de BH entre o PCB do RJ, SP e PE;

Fita 2 lado A – trata da relação do PCB com Cuba e os camponeses; fala sobre a formação de guerrilhas e da luta armada; discorre sobre o apoio internacional aos camponeses; trata da autonomia das Ligas Camponesas de PE; discorre sobre a relação da igreja com as Ligas de PE;

**trata da criação dos primeiros STRs e das Associações de Trabalhadores no período pós Vargas; apresenta a construção das Ligas Camponesas na Paraíba; conta sobre a greve geral na zona canavieira e a relação com as Ligas; apresenta a rede de apoiadores das Ligas Camponesas e a construção do Congresso de Belo Horizonte.**



**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Emmanuel Wambergue

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Ex-padre Oblato de Maria Imaculada.

**ENTREVISTADOR(ES):** Luciano Leal Almeida

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista realizada para a pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado de Luciano Leal Almeida, intitulada *Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)*, defendida em 2011 no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**DATA:** 17 e 18/08/2010

**LOCAL:** Marabá, PA

**ROTEIRO:** ( ) SIM (x) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assesores de Formação e Educação

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	MSPP/em.AF.m p3.emwa	02h12min	Sim	Áudio já disponível em versão digital
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.AF. trans.emwa	27 páginas	Sim	Transcrição não literal feita pelo entrevistador

**DESCRITORES:**

Agricultor  
Articulação sindical  
Autonomia sindical  
CAT – Centro Agroambiental de Tocantins  
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base  
CEPASP - Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular  
Cibrazem – Companhia Brasileira de Armazenamento  
COOCAT – Cooperativa de Produtores (PA)  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
EFA - Escola Família Agrícola  
Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
Fata – Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia  
Fera - Fórum das Entidades pela Reforma Agrária  
Fetagri - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá  
Fetraf - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar  
Graal - Grupo de Apoio a Agricultura Familiar de Região de Fronteira  
Jean Hébette (presidente Fata)  
Jean Hébette (professor UFPA)  
LASAT – Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins  
MEB - Movimento de Educação de Base  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
NEAF – Programa de Agricultura Familiar  
Pastoral da Palestina (PA)  
Pastoral de São Domingos (PA)  
Pronafinho - Projeto Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Especial  
Projeto Lumiar (Incra)  
Questão ambiental  
Sagri – Secretaria de Agricultura do Estado do Pará  
Sindicalismo rural  
Teologia da Libertação  
Trabalhador rural  
Transamazônica

**SUMÁRIO:**

**Parte I – 17/08/2010**

Inicia com sua trajetória, origem, formação, primeiros trabalhos; Conta que chegou em Marabá em 1975 com 30 anos; Fala sobre importância da convivência para conhecer a agricultura familiar; Conta sobre chegada no Curió, atividades e produção agrícola realizadas; 1976: primeira reunião para criar a CPT regional em Belém; Coloca os problemas dos colonos da região de Marabá e São João nesse período; Diz que ficou na Pastoral da Palestina até 1981; Diz que foi coordenador da CPT de Marabá e posteriormente da CPT regional de Belém; Comenta problemas na antiga PA-70, diz que ficou morando em Marabá e que ia na última semana do mês para Belém, às vezes para Maracá; 1981 a 1988: agravamento dos conflitos, atuou na CPT; 1981:

casou-se e comprou um lote na Transamazônica; Conta que foi morar em Novo Horizonte; Diz que a partir de 1981 começou a conquista dos sindicatos pelos trabalhadores rurais; Período em que se discutia a volta da sociedade civil, a democratização da terra por ocupação; Diz que foi nesse momento que se iniciou a articulação com Jean Hébette e sua equipe; Meados da década de 1980: seminário na UFPA, através do NAEA, sobre agricultura familiar; Fala sobre elaboração de um programa para desenvolver a capacitação e a pesquisa – ideia de criação do CAT; Comenta contatos realizados no período; Diz que a ideia era de criar uma Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia com quatro sindicatos; Diz que naquela época só havia esses quatro; Explica organização dos municípios no período; Cita figuras combativas de cada região; Conta como aconteceu a compra do terreno das freiras do Colégio Santa Terezinha para início da Fundação; Cita criação do CAT, da Fata e do Lasat com sua entidade jurídica o Graal; Fala sobre vinculação do CAT à universidade; Fala sobre discussão da construção desse local físico para reuniões entre pesquisadores e sindicalistas; Contextualiza período de construção desse local: início dos anos de 1990, véspera da ECO-92, discussões a cerca da Amazônia; Explicita objetivo do CAT: pesquisa e formação dessa terra, objetivo político, Fata marcada pela política dos posseiros; Exemplifica com questão da produção de arroz no período; Fala sobre reforço de recursos dado pelo DEFD a partir de 1993 e utilização do Centro de Convivência então criado; Diz que queria ter assumido o Projeto Lumiar; Fala que quem assumiu foi uma entidade criada por eles em 1984, a Cepasp; Conta que a Sagri e Emater só foram procurá-los em meados dos 1990, que não houve interesse anteriormente porque não havia posse de terra ; Diz que quando terminou o Programa do DEFD apareceu o Pronaf Especial; Período em que criaram a COOPSERVIÇOS com o objetivo de pegar projetos do governo – associação entre Cepasp, CPT e Fata; Comenta primeiros trabalhos realizados pela COOPSERVIÇOS; Opina sobre relação entre sindicalistas e pesquisadores; Opina sobre onde acontecia os problemas na relação entre pesquisadores e sindicalistas; Afirma que a Fata foi um catalisador político dos sindicatos; Explica contexto de criação da Fetagri e do Fera; Explicita qual era o campo de cada entidade (COOCAT, CPT, COOPSERVIÇOS, Fata); Fala sobre criação do Centro Agropecuário do NEAF.

#### Parte II – 18/08/2010

Diz que início do CAT foi baseado na relação sindicalista/trabalhador rural e pesquisador/intelectual; Fala sobre entrada do agricultor nessa relação e dificuldades encontradas nesse “triálogo”; Exemplifica com situações conflituosas e de desavenças; Diz que os agricultores não tinham nada haver com os sindicatos; Fala sobre atuação da Fata nesse período de aparecimento da figura do agricultor; Fala sobre criação das associações no final dos anos 1990 e desaparecimento das delegacias nas áreas de assentamento; Comenta sobre disputas em conselhos e assembléias; Afirma que os grandes debates ocorriam no Conselho e não na Assembléia; Comenta ordem de presença de agricultores na Fata; Diz que Centro de Convivência se tornou lugar onde se encontrava a agricultura familiar na região; Fala sobre intenção da questão da organização ter influência dos próprios sindicalistas; Diz que festa dos 10 anos foi comemoração pela evolução dos objetivos do trabalho do CAT na região; Comenta vantagens materiais que a universidade trouxe à região: Centro de Convivência, como facilitador da discussão; Diz que quando apareceu a Fetagri, os sindicatos que participaram da Fata aproveitaram muito essas discussões vividas no Centro de Convivência; Fala que atuação posterior de agricultores em acampamentos foi resultado também dessa formação da universidade; Afirma que retorno para a universidade também foi vantajoso, tendo a agricultura familiar como objeto de pesquisa; Concorda que o CAT acabou sendo um laboratório para a universidade; Comenta interlocução entre CAT e universidade; Cita entidades que também estiveram presentes na região; Diz que questão do meio ambiente levantada pelos sindicalistas só chegaram nas políticas públicas em 2000; Afirma que debate ambiental já era uma questão

natural da própria prática da agricultura familiar; 1988: toda agricultura familiar era posseiro; Reconhecimento de 200 mil hectares com a partir da criação da Fata; Fala sobre mudanças ocorridas com entrada do CAT na região; Comenta tipo de problemas vividos quando essa agricultura familiar deixa de ser somente de posseiros; Explica que só é possível de se falar em projeto futuro , se existe futuro na terra; Opina porque o CAT acabou antes do tempo programado: complexificação das organizações da agricultura familiar, político assumido pela Fetagri, entidades distintas assumindo áreas de comercialização, educação, assistência técnica; Cita pressão da Fetagri no controle da Fata; Diz que destituíram na prática o Conselho da Fata e criaram novo estatuto; Opina como se deu essa emancipação dos sindicatos; Fata deixa de ser um catalizador para ser responsável somente pela educação e capacitação; Explica porque separação entre Fata e Fetagri era o único caminho para não haver uma ruptura definitiva entre as entidades; Fala sobre dificuldades de encontrar fontes de recursos atualmente; Diz que recentemente se discutiu o reaparecimento da Fata como educador político; Fala sobre situação atual da agricultura familiar, lugar que a Fata poderia ocupar, possibilidades possíveis para a agricultura familiar; Afirma que desafio de consolidação da agricultura familiar implica na presença de uma força política para isso; Opina sobre problemas que existiam no CAT: descentralização entre pesquisa e sindicalistas; Diz que deveriam ter pensado que em algum momento os recursos de fora do Brasil cessariam; Retoma questão da perda do Projeto Lumiar; Fala sobre falta de visão a cerca da questão dos recursos; Diz como se encontra a COOPSERVIÇOS atualmente; Opina que o novo CAT poderia pensar não só essa região, mas articular com a Universidade, com Altamira, o Nordeste paraense.

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Isabela Camini

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Estuda a educação no MST desde a década de 1990 e foi uma das precursoras na formação de professores para o movimento.

**ENTREVISTADOR (ES):** Samir Oliveira

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Sul21

**TÍTULO DA MATÉRIA:** Escola itinerante do MST faz contraponto à escola capitalista, diz Isabela Camini

**DATA:** 17/03/2014

**LOCAL:** desconhecido

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assesores de Formação e Educação

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AF.cli .ic	10 páginas	Sim	



**DESCRITORES:**

Educação no campo  
Educação popular  
Escola itinerante (MST)  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Reforma agrária

**SUMÁRIO:**

Conta sua trajetória enquanto educadora junto ao MST; conta sobre como começou a formação nacional de educadores do MST; explica sobre o funcionamento desse curso, destoante dos tradicionalmente oferecidos; conta como sua experiência se tornou tese de doutorado; conta sobre a expansão dessa experiência para outros estados; fala sobre a perseguição da brigada militar às escolas itinerantes, seu método e recorte de pesquisa; compara a escola itinerante com a experiência da escola socialista na Rússia socialista antes da morte de Lênin; conta das tensões da escola itinerante com o Estado, bem como sua diferenciação das escolas tradicionais capitalistas; conta sobre como lecionavam os conteúdos previstos pela Secretaria de Educação; conta sobre a discriminação que as crianças do MST sofrem nas escolas tradicionais; conta como se dava as contratações de professores na escola itinerante; conta sobre a infraestrutura das escolas itinerantes; conta da influência conjuntural dos governos dos estados sobre o funcionamento das escolas itinerantes; conta sobre a reforma no ensino médio e sua relação com as escolas do campo; conta sobre a perseguição do governo às escolas itinerantes.

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Jean Hébette

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Padre Oblato de Maria Imaculada; Missionário na África; Professor do NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Coordenador do CAT – Centro Agroambiental de Tocantins; Professor do Plades – Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento.

**ENTREVISTADOR(ES):** Luciano Leal Almeida.

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista realizada para a pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado de Luciano Leal Almeida, intitulada Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), defendida em 2011 no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**DATA:**08/06/2010

**LOCAL:** Belém, PA

**ROTEIRO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assessores de Formação e Educação

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	MSPP/em.AF.m p3.jehe	01h34min	Sim	Áudio já disponível em formato digital
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.AF. trans.jehe	12 páginas	Sim	Transcrição não literal feita pelo entrevistador

**DESCRITORES:**

**Agricultores**

**CAT – Centro Agroambiental de Tocantins**

**CPT – Comissão Pastoral da Terra**

**Consepe - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão**

**Emmanuel Wambergue (ex-padre)**

**Fata – Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia**

**LASAT – Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins**

**NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

**Organização sindical**

**Plades – Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento**

**Sindicalismo rural**

**Teologia da Libertação**

**UFPA – Universidade Federal do Pará**

**SUMÁRIO:**

Inicia com sua origem: local de nascimento, família, formação escolar, estudo em colégio interno religioso; Fala sobre responsabilidade recebida como padre oblato de Maria Imaculada; Conta que entrou como noviço aos 17 anos na congregação; Comenta que ficou três anos como missionário no exterior; Fala sobre contraste vivido na África como missionário; Contextualiza situação política de padres e militantes católicos em meados de 1940; Diz que durante 10 anos foi o responsável pela entrada na congregação de jovens militantes católicos; 1967: chegada na América Latina; Fala sobre sua atuação inicial; Entrada em curso de Economia; Comenta trabalho feito com prostitutas em Marambaia; Explica como chegou ao NAEA; Fala a respeito da pesquisa sobre colonização feita no NAEA: contato com migrantes, período de duração, aplicação de questionários; Diz que já havia tido contato com migrantes antes como coordenador da pastoral na região de Marabá; Diz que não faz distinção em sua atuação como religioso ou como pesquisador; Acredita que sua função era no campo da Teologia da Libertação; Fala sobre contato com sindicatos no período, papel do Incri na criação de sindicatos; Explica contexto de criação do CAT; Comenta proposta de projeto de apoio de parceria franco-brasileira para a pequena e média agricultura; Explica como ocorreu a criação do CAT; Explica como se deu o início da atuação em conjunto do CAT com o NAEA; Fala o que motivou a escolha dos quatro municípios (Marabá, Itupiranga, Jacundá e São João do Araguaia) no projeto do CAT; Diz que o projeto e os objetivos do CAT foram discutidos com os sindicalistas; Cita presença de outros padres oblatos na região; Explica como foi feita a captação de recursos para o CAT; Fala sobre uso da experiência de equipe que havia trabalhado no Haiti com trabalhadores rurais; Fala sobre visita de representante de uma ONG britânica da Igreja Anglicana que arrumou recursos para criação de um centro onde agregasse os trabalhadores para discutir sobre suas experiências de trabalho; Explica processo de construção desse centro: recursos, responsáveis pela construção; Fala sobre apoio institucional da UFPA e diz que a mentalidade da época era a universidade para servir a sociedade; Comenta divergência entre professores do NAEA em relação ao CAT; Reclama ausência de convite para que fosse trabalhar no NAEA; Diz que em um determinado momento a universidade cobrou do NAEA a presença de pessoas de sua equipe; Comenta discussão sobre presença de um coordenador no NAEA que não tivesse doutorado; Diz que divergências

surgiram quando se criou um mestrado, o Plades; Fala que solicitou reconhecimento do seu saber quando lecionou no Plades; Diz motivo pelo qual pró-reitores da Consepe foram contrários; Conta que foi convidado pela USP para fazer um doutorado, mas que não aceitou, que conhecimento não se obtém necessariamente de doutorado; Diz que recebeu o título para lecionar e orientar no Plades; Conta que foram ao reitor da universidade solicitar que fossem nomeados coordenadores oficiais do NAEA; Explicita objetivo do CAT; Ideia de que a universidade deve se abrir para a realidade; Contextualiza período vivido: ditadura militar; Diz que ousava falar de coisas que outras pessoas não ousavam; Afirma ter ido para a Igreja para participar da transformação da sociedade latino-americana; Explica lógica de intervenção do CAT; Fala sobre criação da Fata; Explica o que é a Fata; Cita aparecimento do Lasat; Afirma que as demandas do Lasat necessariamente dialogavam com os agricultores; Comenta formação interna da Fata; Comenta formação interna da Lasat; Explica necessidade de se trabalhar com a agricultura e a sociologia no CAT; Diz que postura do CAT era de não fazer política partidária, nem influenciar religiosamente; Exemplifica postura do CAT com emancipação dos sindicatos em relação ao próprio CAT; Explica como se deu o processo dos sindicalistas em assumirem a Fata; Opina sobre peso da articulação dos pesquisadores em relação aos sindicalistas; Fala sobre prestígio do Mano entre os sindicalistas; Diz como se deu seu conhecimento sobre a tomada do CAT pela regional; Fala sobre como ficou seu contato com os sindicalistas depois que eles se emanciparam; Fala sobre trabalho posterior, de consultoria a uma entidade belga; Diz que Europa deixou de financiar esses projetos para se voltar à África; Comenta sobre existência de um fundo de sustentação para esses projetos; Opina sobre frutos da intervenção do CAT na região: organização; Fala sobre atuação do CAT na área da pecuária na região; Compara atuação do CAT à Embrapa e à Emater; Fala sobre reconhecimento da sua atuação dentro do CAT; Diz que chegou a dar aulas no Plades depois do CAT e que se preocupa em deixar uma história do CAT e da sua vida organizada.

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADA:** Julianna Malerba

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Assessora nacional da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA).

**ENTREVISTADOR :** Leandro Uchoas

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** site da Fundação Heinrich Boll Stiftung (HBS – Brasil)

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil”

**DATA:** 01 de novembro de 2017

**LOCAL:** Não identificado

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assessores de Formação e Educação

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.cli.AF.jmba	10 páginas	Sim	Impresso do site da HBS Brasil

**DESCRITORES:**

Bancada Ruralista  
Capital estrangeiro  
CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Mineirais  
Commodities  
Desenvolvimentismo  
Direito à propriedade  
Direito à terra  
Direito agrário  
Direito ambiental  
Direito dos povos  
Direitos indígenas  
Estrangeirização de terras  
Fase - Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional  
Flexibilização legal  
Governo Michel Temer (2016 - 2017)  
Governo Lula (2003-2006)  
Questão ambiental  
Questão fundiária  
Impacto ambiental  
Indústria de Mineração  
Licenciamento Ambiental  
Mercado de terras  
Mineração  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

**SUMÁRIO:**

De início a entrevistada fala sobre o levantamento que vem realizando das alterações de todos os marcos legais que estabelecem direitos territoriais e ambientais no país, destacadamente a partir do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Destaca a relação da flexibilização normativa com o lobby de diversos grupos interessados na expansão das atividades agroindustriais, minerais e de infraestrutura via financiamento público. Cita algumas investidas de setores de dentro e de fora dos poderes legislativo e executivo contra os direitos territoriais quilombolas e indígenas. Cita levantamento feito pelo CIMI de mais de 33 propostas legislativas que atacam diretamente os direitos indígenas e destaca a intensificação destes ataques a partir do governo Temer. Pontua sobre algumas questões relevantes que orientaram o início deste processo no governo PT, como justificado em um plano de governo orientado para o desenvolvimentismo e o esvaziamento deste projeto no governo Temer, ainda que a retórica desenvolvimentista ainda seja utilizada como justificativa. Explica como este contexto vem orientando a reestruturação do mercado de terras, destacando a Medida Provisória 759, posteriormente convertida na Lei 13.465/17, como a evidência mais significativa deste cenário. Explica os diversos pontos da referida lei, que altera significativamente as políticas de regularização fundiária rural e urbana, sinalizando como estas alterações contribuem para o agravamento da grilagem de terras públicas, a especulação imobiliária e a violência no campo, inviabilizando a realização de quaisquer medidas de reforma agrária. Fala sobre a convergência dos interesses das elites nacionais e internacionais na reestruturação do mercado formal de terras, apontando o processo de internacionalização do agronegócio especialmente a partir da

crise financeira de 2008. Apresenta alguns números sobre valorização fundiária, e cita alguns pesquisadores que tratam da estrangeirização da terra. Enumera os pontos principais do regime fundiário estabelecido pela Constituição Federal de 1988, destacando de que maneira todos vem sendo desconstruídos pelas iniciativas em curso. Fala sobre a histórica invisibilidade da diversidade fundiária existente no país, e os avanços e limites das políticas ambientais e de reforma agrária que reconheceram territorialidades não hegemônicas. Explica por que este processo de reversão de direitos está relacionado com a desigualdade e o racismo estruturais da sociedade brasileira. Passa a falar sobre o debate em torno do novo marco legal da mineração, destacando as diferenças entre as propostas pré e pós golpe de 2016 e as medidas do governo Temer que atendem ao lobby das mineradoras. Fala sobre como a flexibilização legal para a mineração coloca em risco os direitos territoriais de comunidades tradicionais e a necessidade de se evidenciar o debate sobre qual modelo de desenvolvimento está implicado na exportação primária de recursos naturais e suas consequências. Fala brevemente sobre o cálculo de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e a destinação do valor arrecadado. Comenta sobre o que caracteriza como uma nova retórica de equilíbrio entre a degradação ambiental e a conservação através de projetos de compensação ambiental desenvolvidos voluntariamente por mineradoras, e termina falando sobre o fortalecimento da articulação antimineral por parte dos movimentos sociais.

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Ranulfo Peloso da Silva

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Dirigente sindical em Santarém (PA) e militante do PT – Partido dos Trabalhadores. Nascido em Pernambuco.

**ENTREVISTADOR (ES):** Não identificado

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Revista *Cordão Encantado*; Ano I, Nº1.

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “Santarém: Um Sindicato de Verdade”

**DATA:** 11/1984

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:** Revista de debates para militantes do PT.

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assessores de Formação e Educação

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. AF.cli.raf	10 páginas	Sim	Fotocópia de um capítulo



**DESCRITORES:**

CPT – Comissão Pastoral da Terra  
Delegacia sindical  
Demarcação coletiva de terras  
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
Formação política  
Igreja  
Jarbas Passarinho (PMDB)  
Movimento popular  
Movimento sindical rural  
PDS – Partido Democrático Social  
Pequena produção agrícola  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PT – Partido dos Trabalhadores  
Santarém (PA)  
STR Santarém – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura de Santarém  
Trabalho Comunitário

**SUMÁRIO:**

Ranulfo descreve sua trajetória política: aproximação da luta social por meio do trabalho da Igreja ligada à Teologia da Libertação; prática política do movimento sindical de Santarém; reconhecimento da importância de retornar à sua origem social a fim de passar seus conhecimentos; envolvimento com projetos de caráter cooperativista e religioso; perspectiva de transformação social e classista do movimento sindical de Santarém; necessidade de a luta sindical ter independência em relação aos instrumentos legais; diferenciação entre esta nova linha sindical e as existentes até então, que considera assistencialista e paternalista; discorre sobre certa repressão e controle em cima do Sindicato; destaca a importância de debates e formação dos trabalhadores para se tornarem protagonistas de suas lutas; lembra de episódios de intervenções sofridas pelo Sindicato de Santarém; salienta o papel importante e autônomo das delegacias sindicais; lembra a perseguição de Jarbas Passarinho; a organização e resistência por parte dos trabalhadores em um caso de intervenção e prisão; faz a análise que o Partido dos Trabalhadores era um *locus* político para a continuação da luta e interferência no próprio Sindicato; analisa a prática política pelo viés da legalidade e da ilegalidade; defende a legitimidade da luta pela terra; considera as leis como instrumento de mudança, contudo sinaliza a necessidade de novas leis que cubram os direitos dos trabalhadores; analisa o trabalho de base e a formação política dos trabalhadores como estratégia para mobilização, socialização e mudança; fala sobre o desenvolvimento da capacidade de auto direção dos trabalhadores; ressalta a importância da relação dialética entre teoria e prática; considera que as medidas governamentais colocam a agricultura em detrimento da indústria, interferindo nas condições de produção; fala sobre as três principais bandeiras do sindicato de Santarém; explica como os trabalhadores se organizavam para ter condições de comercializar seus produtos; lembra do uso do boicote como ferramenta para influenciar os preços do mercado; questiona os aspectos da ação legal em relação ao título da terra exemplificando a dependência de financiamento que o trabalhador estabelece com os bancos; explica o mecanismo que o sindicato criou chamado “histórico de posse” a fim de agilizar o processo de posse, sem passar

pelo Incra; diferencia direito e lei; ressalta a importância da união entre o trabalhador urbano e rural; relata sobre a evolução do Partido dos Trabalhadores; avalia que a bandeira da terra não une todas as categorias de trabalhadores; defende a construção da CUT por etapas locais; defende um novo sindicalismo, que a CUT propõe; considera que o PT dirige os trabalhadores e incentiva a luta; reflete sobre a influência do partido no sindicalismo rural; analisa a relação entre a criação do PT e a estrutura sindical existente; fala sobre a disputa política com a Emater; lembra da conjuntura de disputa pelas eleições de 86, onde se fez a coligação entre PT e PMDB.



**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Ranulfo Peloso da Silva

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Dirigente sindical em Santarém (PA) e militante do PT – Partido dos Trabalhadores. Nascido em Pernambuco.

**ENTREVISTADOR(ES):** Não se aplica

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Trata-se de um depoimento escrito a partir de uma conversa no seminário do MPA em Brasília (fevereiro/2014)

**DATA:** 25/02/2014

**LOCAL:** Não se aplica

**ROTEIRO:** ( ) SIM ( ) NÃO

**OBSERVAÇÕES:** E-mail trocado entre Ranulfo Peloso da Silva e Gilney Viana, vem sob o título “Sobre os camponeses na ditadura”, optou-se colocar no Setor Entrevistas uma vez que se trata de um tipo de depoimento.

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assessores de Formação e Educação

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	Não há			
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.AF res.raf2	02 páginas	Sim	Trata-se de um depoimento dado via e- mail.

**DESCRITORES:**

**Ditadura militar (1964 – 1985)**

**Estado e repressão**

**Igreja**

**Pernambuco**

**Serinhaém (PE)**

**Trabalhador rural**

**Usina Estreliana (PE)**

**Violência no campo**

**SUMÁRIO:**

Diz que clima de repressão e pouca visão histórica não o levou a documentar os episódios que chegou a conhecer; pontua cinco fatos: 1) esconderijo do líder camponês “chapéu de couro” no convento franciscano de Serinhaém (PE), 2) trabalho de conscientização política feito pelo frei Angelino nos noviços de Serinhaém, 3) massacre de camponeses em um dos engenhos da Usina Estreliana nessa mesma região, 4) fala sobre sindicalistas combativos rurais e sua relação com as Ligas Camponesas, 5) fala sobre prisão de Antônio Vieira, técnico responsável por um projeto da Operação esperança, ligado à Dom Hélder Câmara para pequenos agricultores.